

ISSN 2525-6904



ENSAIOS

Identidades de gênero e transexualidade

Notas sobre o Processo
Transexualizador do SUS e as políticas
de identidade dos movimentos sociais
de pessoas trans, travestis e transexuais

Arthur Leonardo Costa NOVO, *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*

Esse ensaio discute possíveis relações entre a implementação da política pública do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde do Brasil e as políticas identitárias dos movimentos sociais de pessoas trans, travestis e transexuais para conformar novas experiências de corpo, sexualidade e identidade. Realizo uma reflexão sobre modos de identificação de gênero que atualizam e tensionam o próprio modelo médico de identidade transexual a partir da reorganização dos movimentos sociais de travestis e transexuais em torno da implementação e expansão desta política pública. Considero, para isso, o surgimento de homens trans no cenário de ativismo de travestis e transexuais como parte deste processo. Problematizo uma visão que interprete o Processo Transexualizador como puramente normalizador e proponho entender que este tem efeitos que extrapolam formas de controle biomédico das identidades trans na medida em que anima o próprio movimento social.

PALAVRAS-CHAVE: Transexualidade. Identidade de gênero. Política pública. Movimentos sociais.



1. Introdução¹

A transexualidade, tal como a conhecemos, é frequentemente descrita como um fenômeno da modernidade na abordagem das ciências sociais, no sentido de que é produzida como categoria diagnóstica a partir de saberes e tecnologias das ciências médico-psi na segunda metade do século XX nos Estados Unidos e na Europa (BENTO, 2006). Entende-se também que a transexualidade responde à ordem de gênero moderna, a qual se sustenta pela naturalização da diferença culturalmente produzida no modelo biológico de dois sexos que se torna hegemônico no final do século XVIII (LAQUEUR, 2001). Entretanto, é preciso ter cautela para não situar as pessoas que se identificam como “transexuais” como vítimas da ordem de gênero, uma vez que tal abordagem refuta a concepção de patologia biomédica, mas situa a transexualidade como uma espécie de patologia social, no sentido de conceber que as coerções de gênero são tão violentas que obrigam quem não consegue se qualificar e/ou se identificar nos atributos de um gênero a “assumir” o outro.

Essa concepção, que encontra eco tanto entre perspectivas reformistas da ordem de gênero quanto nas que buscam a sua dissolução, implica em ignorar a complexidade dos processos de identificação de gênero em geral, assim como a sua incompletude (MOORE, 2000). Investir em uma identificação de gênero é um movimento que não se resolve com uma espécie de “inculcação” da identidade designada na infância. tanto quanto não se resolve com a transição de gênero na transexualidade. Cabe salientar que dizer que a identificação de gênero é um processo em aberto, que se refaz com um contínuo investimento identitário, não significa situar as identidades de gênero como um exercício de indivíduos que flutuam acima das relações sociais. Pelo contrário. O que esta abordagem evidencia é precisamente que as identificações de gênero são indissociáveis de contextos políticos, sociais, locais e históricos que organizam os investimentos individuais, e porque esses contextos não são estáticos, assim também não são as identidades.

Nesse sentido, o desafio, nas pesquisas sobre o tema, é compreender como a categoria “transexual” atua para organizar significados e práticas relacionados ao corpo e à identidade de gênero ao

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



ser deslocada e articulada a contextos nacionais e locais específicos. Neste exercício ensaístico sobre o tema, procurarei desenvolver algumas linhas de reflexão sobre os processos de identificação de gênero em torno da categoria “transexual” a partir da reorganização dos movimentos sociais de travestis e transexuais em função da implementação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS) do Brasil, com as portarias nº 1.707/2008, nº 457/2008 e nº 2.803/2013 do Ministério da Saúde, e com a emergência dos homens trans no cenário de ativismo nacional, também na segunda década dos anos 2000 (ÁVILA, 2014).

2. Resignificando Sexo, Gênero e Identidade

Nicole Claude Mathieu (apud VALCUENDE, 2004) distingue três modelos de organização das relações entre sexo e gênero que são elucidativos para iniciar a discussão sobre identidade de gênero e transexualidade. O modelo de “identidade sexual” concebe que o sexo biológico é homólogo ao gênero social, ou seja, nesta perspectiva, que corresponde ao modelo hegemônico ocidental, o sexo produz o gênero; o modelo de “identidade sexuada” entende que o gênero é um construto cultural a partir de uma realidade biológica universal, e nesse sentido compreende que masculinidade e feminilidade variam historicamente e socialmente, ainda que os dois sexos biológicos sejam um dado concreto da natureza humana; por fim, no modelo de “identidade de sexo”, o sexo é, em si, uma construção cultural e social. Em outras palavras, o gênero cria o sexo, e não contrário (LAQUEUR, 2001; BUTLER, 2013). Este último modelo frequentemente fundamenta as pesquisas sobre transexualidade nas Ciências Sociais e é também central para as políticas de identidade de travestis e transexuais na contemporaneidade no Brasil.

Os movimentos sociais são importantes esferas de produção de significados para as experiências identitárias. Isso porque não somente se organizam em torno de identidades que reivindicam representar, mas porque atuam ativamente na produção dessas identidades no processo de representá-las a partir de novos significados, particularmente os que positivam a experiência identitária. Historicamente, as ativistas travestis e transexuais estiveram vinculadas ao movimento de pessoas vivendo com HIV/AIDS e ao então movimento homossexual, antes que o modelo igualitário de “normalização” da expressão de gênero se difundisse e que se buscasse um distanciamento entre homossexualidade e



transexualidade ou travestilidade. Quando travestis e transexuais passam a ter um domínio próprio para dialogar com o poder público a partir da implementação do Processo Transexualizador no SUS, novos discursos identitários passam a ser elaborados e reorganizar as possibilidades de significação e de ação na experiência de identificação de gênero.

Os movimentos sociais de travestis e transexuais se organizam contemporaneamente em torno da categoria “identidade de gênero”, que, à primeira vista, pode ser compreendida como sinônimo de “identidade de sexo”, nos termos de Mathieu (apud VALCUENDE, 2004). Entretanto, é importante apontar para as disputas em torno do significado de “identidade de gênero” no interior dos movimentos sociais, pois não há unanimidade. Convivem majoritariamente duas perspectivas sobre o significado desta categoria: por um lado, identidade de gênero diz respeito à separação entre sexo e gênero, sendo este subjetivo e independente da anatomia do corpo, ainda que esta anatomia seja compreendida como um “sexo biológico” “macho” ou “fêmea”, masculino ou feminino. Por outro lado, “identidade de gênero” se estende aos significados atribuídos à anatomia do corpo, considerando que qualquer órgão genital e qualquer traço fenotípico pode ser masculino ou feminino, a depender da identificação de gênero experienciada subjetivamente e vivida socialmente pelo indivíduo. Não é interessante polarizar essas duas concepções, mas compreender que elas coexistem em constante tensão e observar como são acionadas pelos agentes em diferentes contextos sociais e políticos.

Na sequência discutirei como as relações entre os movimentos sociais de travestis e transexuais e o poder público por meio do Processo Transexualizador do SUS produzem situações sociais em que significados de “identidade de gênero” emergem em suas nuances, sob o efeito dos dispositivos de controle do Estado e de resistências por parte dos indivíduos sobre os quais esses mecanismos atuam.

A implementação de uma política pública depende de interesses políticos, econômicos e sociais diversos. Envolve, portanto, disputas entre agentes com capacidades e condições distintas de agência (ORTNER, 2007). No caso do Processo Transexualizador, menos que a influência da indústria farmacêutica internacional e o mercado de cirurgias plásticas (CONNELL, 2016), este resultou da judicialização da demanda por acesso às cirurgias na rede pública e da abertura do Ministério da Saúde para a participação social (LIONÇO, 2009), ou seja,



trata-se de uma política pública cuja criação foi impulsionada pela mobilização social de diferentes agentes da sociedade – ativistas, profissionais de saúde, acadêmicos, Ministério Público e as próprias pessoas que requeriam o direito às cirurgias judicialmente. Entrementes, a expansão do acesso à internet nos anos 2000 e a difusão de novas representações culturais sobre a transexualidade² produziu condições de acesso a informações sobre as possibilidades de corporificação de gênero por tecnologias biomédicas e ao diálogo com outras pessoas com desejos, identificações e projetos semelhantes (ÁVILA, 2014).

É fundamental não perder de vista que a concepção que separa sexo biológico e gênero psicológico na experiência de travestis e transexuais é respaldada pela política do Processo Transexualizador do SUS, que se fundamenta na patologização da transexualidade nos termos do Código Internacional de Doenças e do DSM-V. Os movimentos sociais são pressionados a dialogar com essa concepção, ainda que refutem a patologização da transexualidade, para poder implementar os ambulatórios para atendimento no âmbito do Processo Transexualizador em postos de saúde e hospitais. Assim, há concomitantemente a produção de uma transexualidade que deseja a hormonização ou as intervenções cirúrgicas no corpo para experienciar a identidade de gênero masculina ou feminina, pois é necessário definir e distinguir as características do perfil de usuário a que se destina o atendimento do Processo Transexualizador.

Por outro lado, a política pública para a transexualidade também trouxe à cena política os homens trans (ALMEIDA, 2012), agentes que, ao mesmo tempo em que buscam este atendimento para conseguir o acesso à hormonização com testosterona e a cirurgia de mamoplastia masculinizadora, frequentemente não estão interessados em realizar todos os procedimentos considerados parte do protocolo transexualizador para a categoria *FtM* (*female to male*). A cirurgia de readequação sexual não é desejada por muitos, ou porque os resultados são considerados pouco interessantes, ou porque não querem a histerectomia. Este procedimento, que no processo transexualizador consiste na retirada do útero e da vagina, é refutado por muitos homens trans porque desejam preservar o material genético e os meios para

2 Em sua pesquisa sobre a emergência de homens transexuais no Brasil, na segunda década dos anos 2000, Ávila aponta que a internet foi fundamental, assim como a publicação da biografia de João Nery, “Viagem Solitária” e a trama sobre a transição de gênero do personagem Max no seriado lésbico *The L World*.



gerar filhos ou porque se sentem perfeitamente confortáveis com suas vaginas, que são vividas como um órgão sexual masculino.

Nesse contexto, os homens trans são agentes de desconstrução de concepções de sexo e de gênero respaldadas na biologia, introduzindo novos discursos no interior do movimento de travestis e transexuais com efeitos nas práticas e nas concepções de identidade de gênero. Muitas mulheres transexuais e travestis, que antes se relacionavam apenas com homens cisgêneros, relacionam-se também com homens trans, em dinâmicas que envolvem a ressignificação dos corpos, do gênero, da orientação sexual, das práticas sexuais e do desejo para ambos. A identidade de gênero passa a ser compreendida não apenas como um atributo psicológico independente de uma anatomia corporal masculina ou feminina, uma vez que a anatomia, incluindo órgãos genitais e caracteres sexuais secundários, ganha novos sentidos enquanto masculina ou feminina. O gênero é vivido como um efeito dos significados de um corpo em ação, e não como atributo anatômico.

3. Conclusão

Neste ensaio exploratório, procurei demonstrar como as identidades de gênero, como toda identidade, são processos em aberto, nas quais os indivíduos investem em contextos socioculturais, políticos e econômicos específicos. Estando estes processos sujeitos à mudança pela emergência de novos agentes no curso das contingências históricas, assim também estão as identificações de gênero. Discuti como a implementação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde do Brasil motivou o fortalecimento de um movimento específico de travestis e transexuais e a produção de novos discursos em torno da separação entre sexo e gênero a partir da incorporação da categoria “identidade de gênero” como distintiva para as pautas dessa população. Concomitantemente, o acesso à política pública impulsionou o surgimento de homens trans e, com estes, novas articulações de afetos, significados e práticas que, de forma paradoxal, atualizam o repertório simbólico de produção de identidades de gênero entre travestis e transexuais de modo que o sexo anatômico tem gênero, mas de um modo muito distinto que as concepções de “identidade sexual” ou “identidade sexuada” (MATHIEU apud VALCUENDE, 2004): aqui, anatomia tem gênero porque entende-se que qualquer corpo pode ser vivido como masculino ou feminino.



Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens Trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 513-523, mai-ago. 2012.

ÁVILA, Simone. *Transmasculinidades*. A emergência de novas identidades políticas e sociais. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo*. Gênero e sexualidades na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CONNELL, Raewyn. Mulheres transexuais e o pensamento feminista. In: CONNELL, Raewyn. *Gênero em termos reais*. São Paulo: nVersos, 2016.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*, Rio de Janeiro, n. 19, v. 1, p. 43-63. 2009

MOORE, Henrietta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. *Cadernos Pagu*, n. 14, p.13-44, 2000.

ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter. (org.). *Conferências e diálogos*. Saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007 p. 45-80.

VALCUENDE, José María. Cuerpos, géneros y sexualidades: representaciones y prácticas sociales. *Revista Crítica Jurídica*, n. 23, p. 149-174, jan-dez. 2004.



Gender identities and transsexuality: notes on a public health policy and the identity politics of the social movement of trans, travestis and transsexual people

ABSTRACT: This essay discusses possible relations between the implementation of the public policy of the Processo Transexualizador in the Brazilian Sistema Único de Saúde and the identity policies of the social movements of trans, travestis and transsexual people to conform new experiences of the body, sexuality and identity. I reflect on ways of gender identification that transform the medical model of transsexual identity itself, based on the reorganization of the social movements of transvestites and transsexuals around the implementation and expansion of this public policy. I consider the emergence of trans men in the scene of transvestite and transsexual activism as part of this process. I problematize a simplistic view of the effects of the Processo Transexualizador as purely normalizing and I propose to understand that it has effects which are contrary to the objectives of biomedical control of trans identities as it animates the social movement itself and its agents.

KEYWORDS: Transsexuality. Gender identity. Public policy. Social movement.

Arthur Leonardo Costa NOVO

Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN), vinculado à linha de pesquisa Gênero, Sexualidade, Corpo e Saúde, com Período Sanduíche na Escola de Ciência Social e Política da Universidade de Edimburgo, na Escócia, Reino Unido. Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidade (GCS/PPGAS/UFRN) e do Núcleo de Estudos de Travestilidades, Transexualidades e Transgeneridades (NeTrans/UFSC) nas áreas de estudos de gênero, sexualidades, família, parentesco, saúde e políticas públicas. Membro co-fundador do grupo de estudos sobre Queer Ethnographies na Universidade de Edimburgo.

Recebido em: 05/06/2020

Aprovado em: 14/10/2020